

A Utilização das geotecnologias na reconstituição geo-histórica da estrutura fundiária na Amazônia: Um estudo de caso

Nilton Carlos Rosa¹
Sandra Maria Fonseca da Costa¹
Diogo Correa da Silva¹
Ed Carlos Valota¹

¹ Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP
Av Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos - SP, Brasil
niltoncarlos.rosa4@gmail.com; sandra@univap.br

Abstract. The Brazilian agrarian question is closely linked to land formation introduced by Portugal in the Colonial period. The concessions of sesmarias explain, very much, the current Brazilian land structure. Thus, this paper presents a methodology to reconstruct the land structure of the municipality Ponta de Pedras, located in Marajo Island, to show the relationship between the emergence of land grants, the foundation of the city of Ponta de Pedras and type of existing properties. In this research, geoprocessing was used as an instrument for the construction of georeferenced maps, of association between the cartographic base and database of the register of sesmarias and of rural properties, expanding methodological possibilities and analysis of the earlier time.

Palavras-chave: geoprocessing, land formation, sesmarias, geoprocessamento, estrutura fundiária, sesmarias.

1. Introdução

A inserção da sociedade portuguesa em solo brasileiro no início do século XVI apresentam traços estritamente ligados às estruturas brasileiras. Além de influenciar os aspectos políticos, religiosos e culturais, a influência portuguesa no Brasil está presente nas questões ligadas ao campo, ou seja, a formação, ocupação e distribuição de recursos e população no território. A Coroa portuguesa se apropriou do território brasileiro por meio do direito de conquista. Nesta linha, as terras ocupadas pela Coroa foram consideradas terras virgens. (ABREU, 2011). O primeiro traço desta influência, e talvez o mais determinante, tenha sido a implantação das sesmarias (subdivisão das capitânicas), tarefa atribuída à Martim Afonso de Souza. Este sistema é encerrado próximo à Independência brasileira, mas impactou o tema fundiário, até os dias atuais (ABREU 2001).

O objetivo das sesmarias em Portugal é distinto do que realizou em sua colônia: em Portugal, objetivava-se incentivar o aumento da produção agrícola; no Brasil, visava-se legitimar a conquista do território perante os espanhóis e tornar as terras recém-conquistadas produtivas. O processo de distribuição de sesmarias resultou na formação de várias cidades brasileiras, mas as grandes extensões das sesmarias iniciais chamam a atenção. Diniz aponta que cada sesmaria era de 6. 500 m². Segundo Vianna,

Arbitrárias seriam, a princípio, as extensões das sesmarias concedidas pelos primeiros donatários. Assim, por exemplo, a de Francisco Pereira Coutinho, a Diogo Alvares, o Caramuru, na Bahia de Todos os Santos, media 400 varas¹ de terra de largo e 500 de comprido (VIANNA, p. 250, 1962).

A questão agrária brasileira está estritamente ligada à formação fundiária introduzida por Portugal no período Colonial. As marcas estão presentes até os dias atuais, resultando em conflitos entre os grandes proprietários, o Estado e a população que ficou excluída do acesso à terra. As concessões de sesmarias eram feitas, devendo os sesmeiros cumprir determinadas

¹ 1 vara = 2,96 m

obrigações; entre elas a de comprometer-se a cultivar a terra. Entretanto, muitos sesmeiros não cumpriram com esse acordo, e esse precedente possibilitou o surgimento do posseiro, que passou a ocupar e a cultivar as terras improdutivas (Cavalcante, 2005, p. 2).

A política de concentração de propriedade da terra não apenas criou o latifúndio como forma específica e harmoniosa às determinações mercantis da colonização, mas o criou como forma política de exclusão da população livre da posse da terra e do controle do poder local e dos direitos de ter vínculos com o Estado, sedimentando arraigada estrutura de privilégios (FERLINI, 1991, p. 36).

Muitas cidades brasileiras são frutos das sesmarias. Ponta de Pedras, localizada na Ilha de Marajó, PA, é uma dessas cidades. O município é reconhecido como grande produtor de açaí e pelas fazendas de produção de búfalos, economias que formam a sua base econômica. Com uma população em torno de 30 mil habitantes, com predominância rural, ainda se desconhece o processo de estruturação agrária do município, situação essa que remonta ao período das sesmarias.

Um ponto importante a ser ressaltado é a dimensão dessas sesmarias e o quanto elas foram fundamentais na estruturação do espaço agrário e urbano brasileiros, e do município de Ponta de Pedras. Uma forma de compreender essas inter-relações é reconstruindo o espaço agrário colonial, a partir da perspectiva da distribuição, do tamanho e da propriedade dos estabelecimentos agrícolas existentes no período colonial, em uma tentativa de recompor esse espaço e as dinâmicas de ocupação do território. Nesse sentido, o geoprocessamento é uma importante ferramenta, que pode ajudar a reconstituir cenários históricos, por meio de mapeamentos, para possibilitar novas análises das transformações rurais e urbanas do Brasil.

Para De Andrade (2003, p. 09), o geoprocessamento possui muitas ferramentas aplicáveis a análises das mais diversas temáticas, sendo muito eficiente nos estudos de populações do passado. Segundo o autor, a utilização do geoprocessamento no estudo da história pode contribuir para um novo marco na “historiografia brasileira, principalmente no que se refere à história quantitativa e serial, pois possibilita a análise concomitante de um número grande de eventos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou políticos. Esta é uma forma de ampliar as possibilidades de pesquisa em história” (DE ANDRADE, 2003, p.12). Outros autores também utilizaram essa ferramenta, com a finalidade de realizar mapeamentos históricos (Menezes e Paulo, 2008; Rebelatto e Freitas, 2012, Ogass Bilbao, Torres Canete e Camus Gayan, 2013).

Segundo Castro (2014, p.123), o uso das técnicas de geoprocessamento na elaboração e reconstrução de mapas históricos tem se mostrado eficiente para a valorização do patrimônio cultural da sociedade, evidenciando um riquíssimo instrumento de pesquisa e uma importante ferramenta didático-pedagógico. Para o autor, a montagem de um banco de dados digital “permite a elaboração de variadas análises em mapas históricos, tais como: croquis interpretativos, mapa exaustivo, coleção de mapas, mapas temáticos, atualização de topônimos, cartométrica, redes, multimídias, entre outras aplicações” (CASTRO, 2014, p.127).

De acordo com Ferla (2011, p. 02), entretanto, a pesquisa histórica, praticamente, desconhece as possibilidades dessa ferramenta, apesar da relevância dos estudos de fenômenos espaciais localizados no passado, e de suas mudanças no decorrer do tempo, para o trabalho do historiador.

Nessa pesquisa, o geoprocessamento foi utilizado como um instrumento de construção de mapas georreferenciados, de associação entre base cartográfica e banco de dados do registro de propriedades rurais, ampliando as possibilidades metodológicas e de análise do passado.

Nesse sentido, esse artigo apresenta uma proposta metodológica para reconstruir a estrutura fundiária de um município da Amazônia, Ponta de Pedras, localizado na Ilha de Marajó, em um ponto de vista geo-histórico, para mostrar as relações entre o surgimento de

Outra etapa desta pesquisa foi a utilização de documentos históricos do ITERPA - Instituto de terras do Pará (VIDAL e MALCHER, 2012), com informações sobre a origem da propriedade da terra na Província do Grão-Pará, bem como a distribuição das sesmarias na área da Ilha de Marajó, informação importante sobre a divisão fundiária do Município.

Os dados coletados no Cartório de Registro de Imóveis, de 196 propriedades rurais que possuíam registro de imóveis, foram tabulados, gerando uma planilha Excel®, com informações sobre: nome do proprietário, ano de aquisição, forma de aquisição, valor da compra, valor estimado do terreno, tamanho do terreno, número de matrícula, denominação dada e qual sua proximidade a determinado Rio e destino das terras (tabela 1).

Tabela 1 – Tabulação dos Dados obtidos no Cartório de Imóveis

FLAZ.	MATRIC.	Localidade	Proximidade/Limites	Denominação Inicial	Denominação Atual	Constituição da Terra
m	277	Lado direito de quem sobe o Igarapé Panema	Sem Inf 177	Santana/Centro/Memória de Deus	Santana/Centro/Memória de Deus	Sem Inf 277
m	278	Margem esquerda da Baía do Marajó	Situado entre "Subúdio do Piaú"/"Tapeira Praia Grande		Praia Grande	Sem Inf 278
m	279	Margem direita do Igarapé Tarumã	Limites começam do lugar "Fazenda do Santos Reis		Santos Reis	Sem Inf 279
m	280	Margem esquerda do Igarapé Panema	Limites começam de uma estrada que Trindade		Trindade	Sem Inf 280
m	283	Margem Direita do Rio Azeite	Limites por um lado com o terreno "A Sítio Laranjeiras		Sítio Laranjeiras	Sem Inf 283
m	291	Margem do Rio Moju	Sem Inf 291	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Sem Inf 291
m	291	Rio Moju	Sem Inf 291	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Sem Inf 291
m	291	Rio Moju	Sem Inf 291	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Campinhola do Rosário/São Benedito do Rosário	Sem Inf 291
m	293	Margem direita do Igarapé Tarumã	Sem Inf 293	Retro São Raimundo(Desmembrado das Terras Tarumã	Retro São Raimundo(Desmembrado das Terras Tarumã	Sem Inf 293
m	293	Margem direita do Igarapé Tarumã	Sem Inf 293	Tarumã/São Raimundo	Tarumã/São Raimundo	Sem Inf 293
m	293	Margem esquerda do Igarapé Tarumã	Sem Inf 293	Tarumã/São Raimundo	Tarumã/São Raimundo	Sem Inf 293
m	293	Margem direita do Igarapé Tarumã	Sem Inf 293	Tarumã/São Raimundo	Tarumã/São Raimundo	Sem Inf 293
m	297	Margem do Rio Anajás	Sem Inf 297	Fazenda Natureza(Desmembrada da Sorte São Miguel-An	Fazenda Natureza(Desmembrada da Sorte São Miguel-Antiga Sesmaria de São Felipe)	Sem Inf 297
m	300	Margem Direita do Rio Azeite	Sem Inf 300	Tarumã/São Raimundo	Tarumã/Retro Karine	Sem Inf 300
m	302	Sem Inf 302	Sem Inf 302	São Sebastião / Esperança em Deus	São Sebastião/Esperança em Deus	Sem Inf 302
m	305	Margem do Rio Curima	Brço Esquerdo do Rio Tijucasqueira	Curima	Curima	Sem Inf 305
m	309	Margem Direita do Rio São Miguel	Sem Inf 309	Bom Jesus	Bom Jesus	Sem Inf 309
m	311	Margem Direita do Rio Tijucasqueira	Limites começam do Igarapé Quatinga	Quatinga	Quatinga	Sem Inf 311
m	312	Margem do Rio Pacaçuara	Começa da boca do Igarapé Açúcar	Laranjeiras	Laranjeiras	Matas e Campinas
m	331	Margem Esquerda do Rio Curral Panema	Limites começando no Igarapé Serião	Flor da Vista	Flor da Vista	Sem Inf 331
m	333	Margem do Rio Pacaçuara	Limites começando no Igarapé Serião	Nana	Nana	Sem Inf 333
m	337	Margem Esquerda do Rio Fortaleza	Lote limitado pelos Igarapés "Fazenda" Santa Maria	Santa Maria	Santa Maria	Sem Inf 337
m	343	Margem Rio Tijucasqueira/Cachoeirinha	Começa da boca do Igarapé Beirão	Marum	Marum	Sem Inf 343
m	348	Margem Direita do Igarapé dos Marcos	Afluentes do Rio Fortaleza	Santa Luzia/Piratuba	Santa Luzia/Piratuba	Terras de campos, próprias para Criação de
m	348	Margem Direita do Igarapé dos Marcos	Afluentes do Rio Fortaleza	Santa Luzia/Piratuba	Santa Luzia/Piratuba	Terras de campos, próprias para Criação de
m	349	Margem Direita do Rio Azeite	Limites começam o Rio Azeite lado em	Fazenda Ilha Nova	Fazenda Ilha Nova	Terras de campos, próprias para Criação de
m	350	Margem Esquerda do Rio Bacabal	Afluentes do Rio Fortaleza, começando Bacabal	Bacabal	Bacabal	Sem Inf 350
m	356	Margem do Rio São José/Pororoca	Começa no Igarapé das Pedras, desce Ponta	Ponta	Ponta	Sem Inf 356
m	356	Margem do Rio São José/Pororoca	Começa no Igarapé das Pedras, desce Ponta	Ponta	Ponta	Sem Inf 356
m	357	Margem do Rio Mututi	Afluentes do Rio Bacabal	ASSAPÉ/Providência	ASSAPÉ/Providência	Sem Inf 357
m	357	Margem do Rio Mututi	Afluentes do Rio Bacabal	ASSAPÉ/Providência	ASSAPÉ/Providência	Sem Inf 357
m	357	Margem do Rio Mututi	Afluentes do Rio Bacabal	ASSAPÉ/Providência	ASSAPÉ/Providência	Sem Inf 357
m	377	Margem Direita do Igarapé Panema	Começando do lugar conhecido por "Bom Jesus/Parte da antiga sorte "Bom Jesus"	Bom Jesus	Bom Jesus	Sem Inf 377

Os dados disponibilizados pelo ITERPA possibilitaram reconhecer quais eram as sesmarias existentes na Ilha de Marajó.

2.3 Mapeamento das Propriedades Rurais e Reconhecimento das Sesmarias

Para esse processo foi utilizado um banco de dados do IBGE (2016), de localização de sedes de propriedades, coletado durante o Censo de 2010. Esses dados foram cruzados com os dados do Cartório, e foi realizado um trabalho de mapeamento das propriedades rurais do município. Esse trabalho foi realizado a partir das descrições de limites das propriedades com os rios e igarapés existentes no município, além das fronteiras de vizinhança com outras propriedades, utilizando-se o ArcGis®, um sistema de informação geográfica da ESRI® para realizar a localização das sedes dessas propriedades. Nesse processo, o Google Earth foi importante para facilitar a localização das sedes das propriedades, considerando que muitas propriedades estão localizadas no sistema, além do nome de alguns rios.

A partir dos dados do ITERPA, foram definidas as sesmarias que existiam no município, ou que estavam no município, limítrofe a outro município (tabela 2). A partir das informações descritas, foram mapeadas as sesmarias, e muitas propriedades rurais para remontar o surgimento da cidade de Ponta de Pedras. As propriedades foram classificadas por tamanho, em minifúndio (sítios), pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, de acordo com a proposta do INCRA (2016).

Tabela 2 – Lista das sesmarias que existiam em Ponta de Pedras

SESMARIA	PROPRIETÁRIO INICIAL	LOCALIZAÇÃO	TAMANHO
----------	----------------------	-------------	---------

FAZENDA DOS REMÉDIOS (JESUÍTAS)	José Miguel Ayres	Margem direita do Rio Arara	0,5 x 3 léguas*
FAZENDA SÃO FELIPE	José Pedro da Costa Souto Maior	Rio Anajás, fundos com a Fazenda de Carlos Germano	1 x 3 léguas
FAZENDA SÃO FRANCISCO XAVIER	Domingos Pereira de Moraes	Rio Pororóca	1 x 2 léguas
FAZENDA INDEPENDÊNCIA (SANTA TEREZA)	João Batista Souto Maior	Rio Anajás-Mirim	0,5 x 3 léguas

* 1 légua = 6600 metros

Para definir onde estavam as sedes das semarias, seguiu-se a metodologia descrita anteriormente. A partir da localização da sede, foram definidos polígonos que representam a dimensão hipotética das sesmarias, seguindo a metodologia proposta por Barleta (2013, p. 159). De acordo com o autor, para possibilitar das ontornos mais “orgânicos” às glebas mapeadas e quando houve manção à acidentes geográficos (nesse caso, rios, igarapés), seguiu-se o trajeto do rio, respeitando o tamanho estabelecido. Assim, obtivemos feições menos “quadradas”, mas manteve-se a imprecisão que existe na documentação histórica.

4. Resultados e Discussões

Segundo Vidal e Malcher (2009, p. 98), “a repartição, ou seja, doação das terras dos inacianos na Ilha Grande de Joanes, atual Marajó, concretizou-se em vinte e dois quinhões”. Segundo COLOMBARI (2013, p.36), uma das explicações para explicar a forma como a Ilha de Marajó foi dividida é que “sesmos referem-se à sexta parte da terra, ou seja, as propriedades na Ilha do Marajó foram distribuídas em seis rios, que são: Rio Arara, Rio Arari (e lago do Arari), Rio Anajás, Rio Canotim, igarapé Cajuliipe e Rio Pororoca (atual Rio São José, que banha a cidade de Ponta de Pedras) ”.

De acordo com COLOMBARI (2013, p. 39), com a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus de Belém, o Capitão-Mor José Miguel Ayres, sesmeiro privilegiado, foi “obrigado” a transpor a fazenda de “Nossa Senhora dos Remédios” (nome batizado ainda na doação em sesmaria) para outra pessoa, e este foi José Corrêa de Lacerda, que de acordo com Vidal e Malcher (2009), foi um alferes da Coroa Portuguesa. Mais tarde, por herança, essa propriedade veio a pertencer a Luiz Caetano de Azevedo, do qual o pai, Manoel Caetano de Azevedo, segundo Vidal e Malcher (2009), foi um dos capitães na cidade de Belém. Posteriormente, esta propriedade foi vendida a Antônio Miguel Ayres Pereira, no ano de 1799. Após este proprietário, as terras passaram ao domínio do Visconde do Arary. Atualmente, está sob domínio da família dos “Lobato”.

Em relação ao tamanho das sesmarias, Vidal e Malcher (2009, p. 110) afirmam que as “sesmarias paraenses eram pequenas, a maioria com menos de 10 mil hectares”. Para as sesmarias levantadas nesse estudo, observou-se que a maioria possuía, aproximadamente, 1 légua x 3 léguas de área. Considerando esses aspectos, obteve-se, como resultado do mapeamento das sesmarias o mapa da figura 2. Na figura 3, apresenta-se a superposição da área aproximada da Sesmaria São Francisco com as Terras que foram doadas ao Conselho Municipal de Ponta de Pedras, quando da fundação da cidade, Lei 886, de 18 de abril de 1877. O mapa apresentado foi encontrado no arquivo público do estado do Pará.

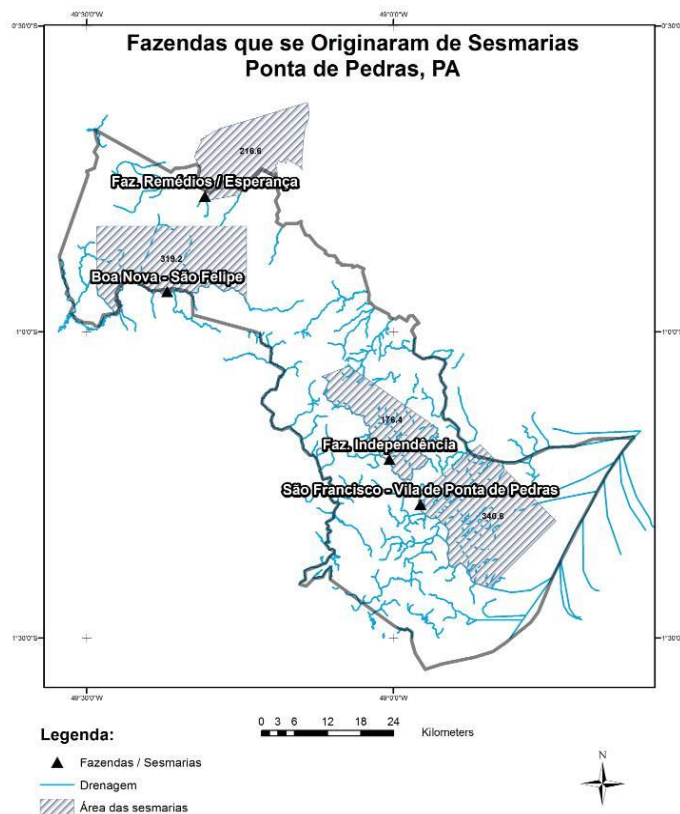


Figura 2 – Localização das sesmarias de Ponta de Pedras

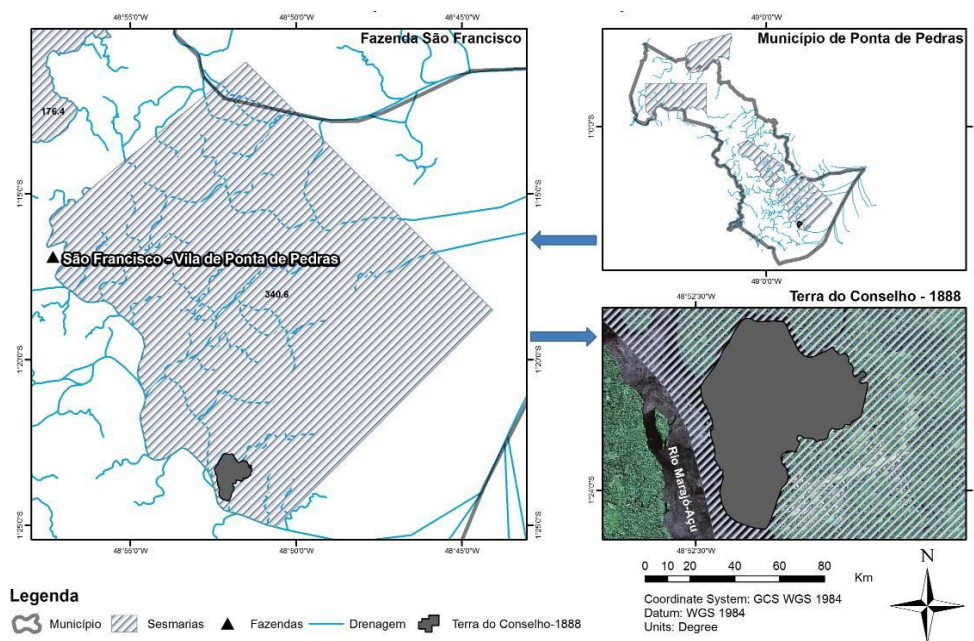


Figura 3 – Localização das terras do Conselho Municipal de Ponta de Pedras, em relação à sesmaria São Francisco.

De acordo com a figura 3, observa-se que a área destinada ao Conselho, para dar autossuficiência financeira à Cidade, por meio da cobrança de enfiteuse (aforamento), é mínima diante da dimensão da sesmaria. Segundo Pereira (2013), “na área da primeira sesmaria dos Jesuítas no rio Marajó-Açu, doada ao “contemplado” sargento-mor Domingos Pereira de Moraes; foi assentada a Vila de Ponta de Pedras. Assinou a ata de instalação da nova vila, desmembrada da jurisdição da Vila de Cachoeira, o morador Antônio Pereira de Moraes na qualidade de presidente da Câmara de Vereadores”. Essa situação pode ser

comprovada com o mapeamento das sesmarias e das terras do conselho, realizado com o auxílio do Geoprocessamento.

Observa-se que essas sesmarias foram desmembradas em novas propriedades, à medida que seus proprietários originais faleciam. Para exemplificar o que foi descrito, apenas a Fazenda/Sesmaria Nossa Senhora dos Remédios foi desmembrada 10 vezes, após o falecimento do primeiro sesmeiro.

Muitas dessas sesmarias originaram as propriedades rurais, existentes no município de Ponta de Pedras (figura 4). Dos 196 registros tabulados, como já mencionados, encontramos problemas referentes algumas propriedades. Utilizando-se as informações disponíveis, apenas 36% das propriedades foram mapeadas. Nos registros foram encontradas informações sobre o primeiro proprietário em apenas 13 (7%) documentos. Essa situação aumenta, quando observado as informações referentes ao segundo proprietário, subindo para 124 (63%). Quanto ao tamanho, as 70 propriedades mapeadas (figura 4), foram classificadas de acordo com o seu tamanho, em área. Assim, Há uma predominância das grandes propriedades no norte do município, onde há o domínio dos campos naturais, a maioria destinada à criação de gado. Os minifúndios predominam entre os tipos de propriedades mapeadas, a maioria na parte sul do município, onde predominam as florestas, destinadas à produção de açaí. Ou seja, muitos pequenos produtores são responsáveis pela produção de açaí, que coloca Ponta de Pedras entre os maiores produtores dessa fruta, no País.

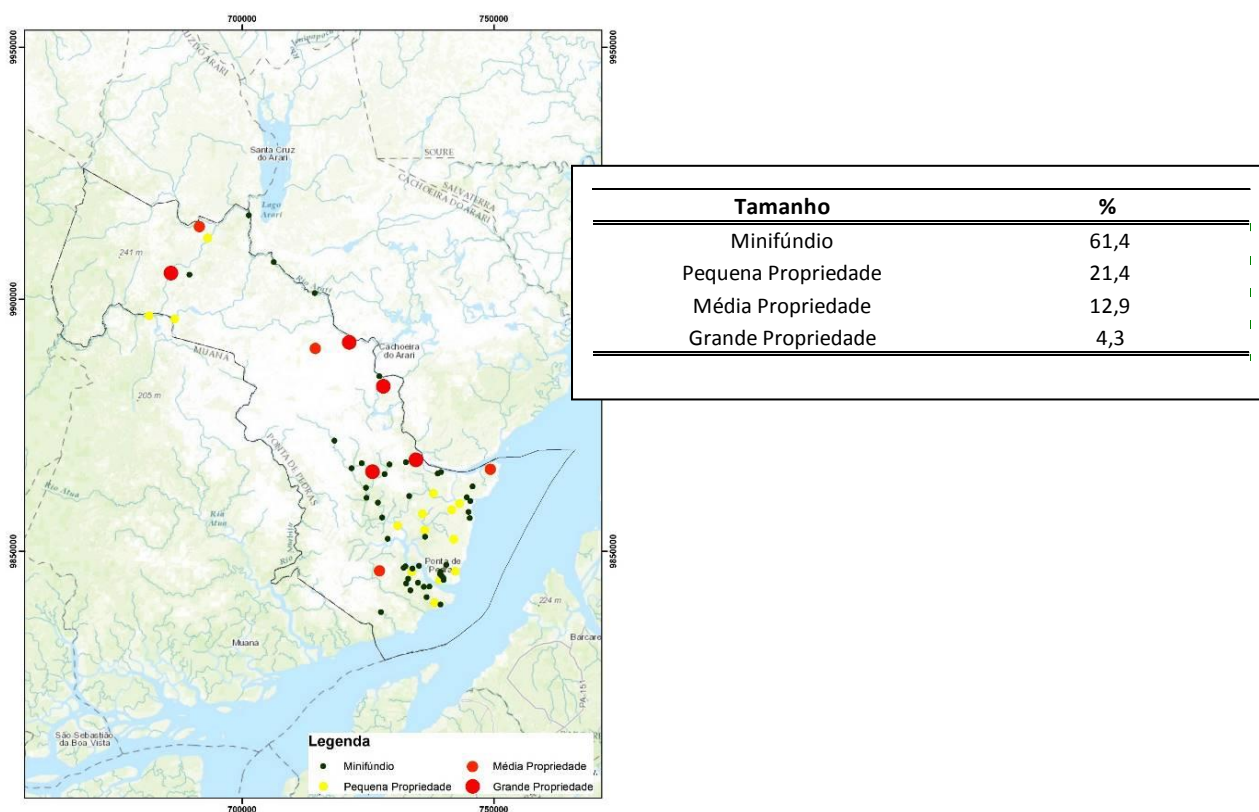


Figura 4 – Mapeamento das propriedades rurais do município de Ponta de Pedras

5. Considerações Finais

Com a utilização das técnicas de geoprocessamento foi possível a visualização georreferenciada da informação histórica, assim como a descrição das relações entre o surgimento das sesmarias e a atual estrutura fundiária do município. Essa reconstituição histórica é importante para que tenhamos subsídios para compreender a estruturação do território brasileiro, principalmente na Amazônia, onde essas questões são tão importantes de ser desvendadas, para permitir a elaboração de políticas públicas mais adequadas à realidade histórica, cultural e geográfica da região.

O futuro das ciências se encontra na inter/multi/transdisciplinaridade, ou seja, na utilização de conhecimento de várias áreas para se construir um conhecimento uníssono, completo. Desta forma, o Geoprocessamento pode auxiliar a ciência histórica ampliar sua área de atuação e produção de informação.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo À Pesquisa – FAPESP, pelo apoio financeiro, na forma de bolsa de Iniciação Científica e auxílio à pesquisa, que propiciou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida. Revista Cidades, V.8,N.14,2011
- BARLETA, Leonardo Brandão. O sertão partido: a formação dos espaços do planalto curitibano (séculos XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, 221 p.
- CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 E a Reafirmação do Poder Básico do Estado Sobre a Terra. Artigo publicado na edição nº 2 de junho de 2005.
- COSTA, S. M. F.; Brondizio, E. Cities Along the Floodplain of the Brazilian Amazon: Characteristics and Trends. In: Miguel A. Pinedo-Vasquez; Mauro Ruffino; Christine J. Padoch; Eduardo S. Brondizio (Org.). **The Amazon Várzea - The Decade Past and the Decade Ahead**. New York: SPRINGERLINK, 2011, p.83-9.
- COSTA, S. M. F.; Montoia, G.; Rangel, J. A.; Lima, V. M.; Issa, P. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbano e As Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 17, p. 56-74, 2012.
- DE ANDRADE, Viegas, Cristiana. **Ocupação populacional nas Minas Gerais oitocentistas: uma proposta de aplicação do geoprocessamento nas análises históricas**. Monografia (Especialização em Geoprocessamento - Universidade Federal de Minas). Gerais 2003.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Estrutura Agrária e Relações de Poder em Sociedade Escravistas Perspectivas de Pesquisas de Critérios de Organização Empresarial e de Mentalidade Econômica no Período Colonial. Rev. Bras. de Hist. S. Paulo v. 11, nº 22 pp. 35-47 mar. 91/ago. 91.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Classificação dos imóveis rurais – Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 30/09/2016.
- MENEZES, Paulo M. L.; Santos, Cláudio J. B. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 75 - 92, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>.
- MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. **Estudo de comunidades ribeirinhas no município de Ponta de Pedras, Pará: redes sociais entre o urbano e o rural e propriedade da terra**. São José dos Campos, SP, 2013. 1 disco laser Trabalho de conclusão (Graduação em Geografia) - Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Paraíba, 2013.
- OGASS Bilbao, Claudio; TORRES CANETE, Rodrigo; CAMUS GAYÁN, Pablo. Apuntes metodológicos para el entrecruzamiento de fuentes históricas a través de sistemas de información geográfica: el caso de Santiago de Chile (1650-1700). **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 55, p. 125-140, 2013.
- PEREIRA, José Varella. **Cultura marajoara**. Disponível em: <<http://gentemarajoara.blogspot.com.br/2013/05/nossa-varja-capital-socioambiental-da.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016. De 2 de maio de 2013.
- REBELATTO, M.; FREITAS, F. Desafios e possibilidades ao uso de Sistemas de Informação Geográfica na história. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 11 a 13 de maio de 2012, Porto Alegre, UFRGS.
- VIANNA, H. As Sesmarias No Brasil. Anais do II Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior – ANPUH. Curitiba, outubro 1962.
- VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. **Sesmarias**. Pesquisa: Girolamo Treccani, José Heder Benatti, José Maria Hesketh Condurú Neto; Marly Camargo Vidal; Maria Ataíde Malcher. Revisão: Jane Aparecida Marques. Belém: ITERPA, 2009. 120p